



COMUNICAÇÃO:

Depois do Modernismo da cidade de Luanda: os desafios e preocupações com a habitabilidade na cidade formal de Luanda 1965 – 2025.

SIMPÓSIO: SIMPÓSIO E2_02 De la ciudad informal a la ciudad formal en perspectiva histórica: políticas, arquitectura, urbanismo y ciudadanía en los PALOP, América Latina y la Península Ibérica.

AUTORES:

Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia

Universidade Agostinho Neto - Universidade Lusíada de Luanda - Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, Angola - aliclarajessi@gmail.com

Hélder da Conceição José

Ministério da Administração do Território da República de Angola, Luanda, Angola
helderjose1965@gmail.com

Título: Luanda, modernismo e Informalidade: as políticas urbanas, arquitectura e habitabilidade no pós-independência angolano.

RESUMO

A urbanização acelerada constitui um dos principais desafios do planeamento urbano em África, assumindo em Luanda um carácter paradigmático enquanto processo tardio, intenso e estruturalmente desarticulado. A descolonização tardia de Angola, associada à guerra colonial e ao prolongado conflito pós-independência, desencadeou fluxos migratórios massivos para a capital, sem capacidade institucional de resposta adequada (Figueiredo, 2019). Mesmo após o fim do conflito armado, em 2002, o crescimento urbano manteve-se extensivo e descontínuo, dificultando o ordenamento territorial (Figueira, 2020). A saída de quadros técnicos fragilizou a gestão urbana, contribuindo simultaneamente para a degradação da cidade formal e para a consolidação dos assentamentos informais, como os musseques, em resposta estrutural à urbanização acelerada (Braz & Raposo, 2021). Entre 2000 e 2013, a mancha urbana de Luanda registou crescimento superior a 268%, evidenciando a magnitude do fenómeno (Castro, 2015).

Luanda configura-se como uma cidade-síntese das contradições urbanas angolanas, marcada pela coexistência entre cidade formal, modernista e parcialmente planeada, e cidade informal, produzida autoproduzida e funcional. A dualidade espacial é facilmente perceptível na oposição entre o centro modernizado e os musseques periféricos, reflectindo desigualdades socio espaciais, planeamento fragmentado e

desfasamento entre normas urbanísticas e produção real da cidade (Luekakio, 2022; Serrazina, 2024). O modernismo e a nova arquitectura conferiram visibilidade à cidade formal, mas não se traduziram em inclusão urbana efectiva, enquanto a informalidade consolidou-se como sistema urbano funcional, garantindo habitação, mobilidade e acesso à cidade fora do quadro institucional.

O crescimento dos musseques exemplifica esta dinâmica: historicamente estruturados, funcionam como forma de “cidadania prática”, permitindo à população exercer o direito à habitação e à permanência urbana diante da insuficiência do planeamento formal (Serrazina, 2024). Herdados do período colonial, quando a cidade se organizava segundo um modelo dual e segregado, os musseques eram simultaneamente espaços de exclusão, reservatórios de mão-de-obra e territórios deliberadamente não planeados. No pós-independência, factores como êxodo rural, deslocamentos forçados e centralização excessiva das políticas territoriais reforçaram a expansão informal (Figueiredo Neto, 2019; Jenkins & Robson, 2018; Afonso, 2022). Hoje, estes territórios urbanos mantêm funções residenciais, económicas, sociais e políticas complexas, consolidando a informalidade como componente estrutural da produção urbana de Luanda.

1.1.PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

A urbanização de Luanda evidencia as contradições estruturais das cidades africanas, marcada pela coexistência de uma cidade formal modernista e territórios informais, historicamente excluídos do planeamento urbano. Desde o período colonial, políticas de arquitectura e urbanismo privilegiaram a cidade formal, enquanto os musseques se consolidaram como territórios de exclusão socio-espacial, tolerados mas não integrados. No pós-independência, apesar da introdução de novos instrumentos de planeamento e de grandes projectos urbanos, a produção efectiva da cidade continuou maioritariamente informal, reforçando desigualdades e fragmentação territorial. O problema central deste estudo reside em compreender como as políticas de arquitectura e urbanismo moldaram — ou falharam em moldar — a transição entre cidade informal e formal, avaliando implicações para a habitabilidade, mobilidade e exercício pleno da cidadania urbana.

1.2.OBJECTIVOS

O estudo visa analisar historicamente a produção da cidade formal e informal em Luanda, identificando continuidades e rupturas entre os períodos colonial e pós-independência. Procura-se avaliar o papel do modernismo arquitectónico como instrumento de planeamento e de afirmação do poder urbano, bem como os seus limites face às dinâmicas reais de crescimento da cidade. O artigo investiga ainda o impacto das políticas públicas de arquitectura e urbanismo na habitabilidade e mobilidade, considerando acesso à habitação, infra-estruturas e serviços essenciais. Por fim, objectiva relacionar práticas urbanísticas e construção da cidadania urbana, evidenciando como a dissociação entre planeamento formal e produção efectiva da cidade condiciona o direito à cidade e reforça a informalidade como componente estrutural da urbanização de Luanda.

1.3.METODOLOGIA

1.3.1. ANÁLISE HISTÓRICA E CRÍTICA

Este estudo adopta uma abordagem qualitativa, histórico-crítica, centrada na análise da construção urbana de Luanda do período colonial ao pós-independência. Parte-se do pressuposto de que a cidade é simultaneamente produto material, artefacto político e construção social, exigindo a articulação entre leitura histórica e análise crítica das políticas de arquitectura e urbanismo que moldaram — ou falharam em moldar — a transição entre cidade informal e formal.

A análise histórica organiza-se em três períodos: (i) colonial tardio, com introdução do urbanismo moderno e consolidação da cidade dual; (ii) pós-independência imediato, caracterizado pela ruptura política, fragilidade institucional e crescimento informal acelerado; e (iii) pós-conflito, marcado pelo regresso do planeamento formal via novos instrumentos de ordenamento territorial e grandes projectos urbanos. Esta periodização permite identificar continuidades, rupturas e reconfigurações nas práticas urbanísticas e arquitectónicas.

O estudo baseia-se na análise documental crítica de planos urbanos, legislação, políticas habitacionais, relatórios institucionais e produção arquitectónica, confrontando instrumentos formais com a realidade empírica da expansão dos musseques. Complementarmente, incorpora revisão crítica da literatura sobre urbanização africana, informalidade, modernismo arquitectónico e políticas urbanas em Angola.

A metodologia privilegia a leitura relacional entre planeamento formal e produção real da cidade, considerando a informalidade urbana como elemento estrutural, interpretando-a como resposta social à insuficiência do Estado planeador e avaliando seus impactos na habitabilidade, mobilidade e cidadania urbana. Este enfoque interpretativo permite problematizar causas, implicações e limites, contribuindo para repensar modelos de planeamento urbano mais inclusivos e adaptados à realidade angolana.

1.3.2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (ARQUITECTURA MODERNA, URBANISMO AFRICANO, POLÍTICAS URBANAS)

A urbanização de Luanda inscreve-se num debate mais amplo sobre arquitectura moderna, urbanismo africano e políticas urbanas em contextos pós-coloniais, caracterizados por urbanização tardia, crescimento acelerado e persistente informalidade. Os estudos convergem na identificação de uma dissociação estrutural entre modelos formais de planeamento e produção efectiva da cidade, fazendo de Luanda um caso paradigmático das contradições urbanas angolanas.

Arquitectura Moderna e Urbanismo Colonial

Durante o período colonial tardio, a arquitectura moderna consolidou a cidade formal, aplicada de forma selectiva nos bairros centrais, equipamentos administrativos, residenciais e infra-estruturas destinados à população europeia (Serrazina, 2024). O

modernismo articulou ideários de progresso e racionalidade funcionalista, mas evidenciou dissonâncias entre discurso e práticas reais de urbanização, gerando uma cidade formal esteticamente moderna, porém socialmente excludente. Esta modernização selectiva consolidou a cidade dual: os musseques permaneceram marginalizados, tolerados como reservatórios de mão-de-obra, excluídos do planeamento e da provisão de infra-estruturas (Vale, 2008; Jenkins, 2019). O modernismo funcionou mais como instrumento simbólico de poder do que de integração urbana, lógica que persiste no período pós-independência.

Urbanismo Africano e Informalidade

A literatura contemporânea sobre urbanismo africano desloca o foco da informalidade de “problema” para modo estruturante de produção da cidade. A exclusão sistemática dos sistemas formais de acesso à terra, habitação e serviços urbanos gera respostas sociais racionais, consolidando a informalidade como componente estrutural da urbanização (Jenkins & Robson, 2018). Em Luanda, a cidade informal domina a ocupação do solo, a economia urbana, a mobilidade quotidiana e as relações sociais (Afonso, 2002), sendo a expansão dos musseques associada a deslocamentos forçados, conflito armado e crescimento demográfico acelerado (Figueiredo Neto, 2019).

Políticas Urbanas Pós-Independência e Novas Arquitecturas

Após 1975, o Estado manteve intervenções centralizadas, caracterizadas por fragilidade institucional e ausência de programas habitacionais de larga escala, perpetuando a informalidade (Jenkins, 2019). A partir dos anos 2000, novas políticas de ordenamento territorial e a chamada “nova arquitectura” introduziram grandes projectos urbanos, infra-estruturas e novas centralidades. Contudo, essas intervenções privilegiam a cidade formal e eixos de valorização económica, raramente dialogando com a informalidade consolidada, reforçando a dissociação entre planeamento formal e produção real da cidade (Afonso, 2022).

Mobilidade Urbana e Exclusão

A mobilidade evidencia contradições estruturais: políticas viárias voltadas para o automóvel e grandes infra-estruturas geraram um sistema desigual. Nos musseques, a mobilidade informal é o principal meio de acesso a trabalho e serviços, revelando a incapacidade do planeamento formal em integrar fluxos urbanos inclusivos (Jenkins & Robson, 2018). A sua não integração reforça a exclusão territorial e limita o exercício pleno da cidadania urbana, evidenciando a persistente dissociação entre planeamento formal e produção real da cidade.

Esta revisão evidencia que Luanda é simultaneamente produto histórico, social e político, onde modernismo, políticas urbanas e informalidade coexistem em tensões permanentes. A compreensão destes elementos é essencial para interpretar a cidade como síntese das contradições urbanas angolanas e para repensar políticas de planeamento mais inclusivas e adaptadas à realidade local.



Figura 1 – A cidade baixa de Luanda.
Fonte – Estudantes 2º Ano Curso Arquitectura UAN – 2025.

2. A FORMAÇÃO DA CIDADE INFORMAL EM LUANDA (PERÍODO COLONIAL)

A formação da cidade informal em Luanda está profundamente ligada ao modelo colonial dualista, que separava a cidade europeia formal dos territórios africanos, posteriormente designados musseques, estruturando o espaço segundo critérios raciais, sociais e funcionais (Serrazina, 2024; Vale, 2008). A cidade formal incorporava princípios do modernismo e do urbanismo higienista, com malhas regulares, infra-estruturas, zonamento funcional e equipamentos públicos, sendo destinada prioritariamente à população europeia. Por contraste, a população africana era excluída do acesso à habitação formal e à provisão de serviços, obrigando à autoconstrução nos musseques.

Estes territórios informais não constituíam anomalias, mas respostas sociais estruturadas à exclusão, desenvolvendo organização espacial, redes económicas e sociais próprias, assegurando a reprodução da vida urbana à margem do planeamento formal (Jenkins & Robson, 2018; Figueiredo Neto, 2019). A segregação socio-espacial estendia-se ao acesso às infra-estruturas e à mobilidade, privilegiando os fluxos da cidade formal e relegando os musseques a percursos informais, longos e precários.

O urbanismo colonial funcionou, assim, como instrumento de controlo social e político, utilizando a arquitectura moderna para afirmar o poder, reforçar hierarquias e manter a cidade dual. Esta lógica excludente consolidou desigualdades territoriais e sociais que não apenas estruturaram a urbanização colonial, mas também estabeleceram as bases para a persistente informalidade urbana de Luanda no período pós-independência.

3. A RUPTURA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1975-1990)

A independência de Angola desencadeou um intenso movimento populacional, marcado pelo êxodo da população colonial e pela migração massiva de rurais para Luanda, intensificado pelo conflito armado. A cidade tornou-se refúgio e espaço de sobrevivência para milhares de deslocados, provocando crescimento demográfico acelerado em contextos de ausência de políticas habitacionais e de planeamento urbano eficaz. A informalidade deixou de ser marginal e consolidou-se como forma dominante de produção do espaço urbano (Jenkins & Robson, 2018).

O Estado centralizado emergente não dispunha de capacidade técnica, administrativa ou financeira suficiente para gerir esta expansão. A fragilidade institucional e a escassez de quadros técnicos tornaram os instrumentos herdados do período colonial obsoletos, enquanto novos mecanismos legais demoraram a ser implementados. Consequentemente, o planeamento formal perdeu sua função reguladora, deixando a cidade a crescer espontaneamente e tornando a informalidade funcional e estrutural, não como contestação, mas como resposta à ausência do Estado (Afonso, 2022; Figueiredo Neto, 2019).

A arquitetura, neste período, assumiu papel ideológico e simbólico, refletindo a afirmação do novo Estado, mas permaneceu desarticulada da realidade urbana. A ruptura com o modernismo colonial, combinada com a saída de técnicos e engenheiros, resultou em intervenções fragmentadas e pontuais, reforçando a dissociação entre projeto urbano formal e produção efectiva da cidade. A autoconstrução tornou-se prática dominante, consolidando os musseques como territórios permanentes e densificados.

A informalidade estrutural afectou habitabilidade e cidadania urbana. O direito à cidade, formalmente reconhecido, tornou-se dependente da ocupação informal, da autoconstrução e de redes de sobrevivência, criando cidadania desigual, territorialmente condicionada e mediada por capacidades de inserção em sistemas informais (Jenkins & Robson, 2018; Afonso, 2022; Figueiredo Neto, 2019).

4. A CIDADE FORMAL CONTEMPORÂNEA: ENTRE PLANOS E PROJECTOS (1990 – PRESENTE)

4.1. RETORNO DO PLANEAMENTO URBANO

A partir de 1990, e especialmente após o fim do conflito armado em 2002, o planeamento urbano retornou como instrumento formal de gestão do território, com a criação de planos directores e entidades técnicas como o IPGUL (2007). Contudo, o planeamento enfrenta limitações, pois a cidade informal já se consolidara, reduzindo a capacidade transformadora dos instrumentos normativos. A lógica de grandes projectos urbanos e empreendimentos imobiliários reforça visibilidade da cidade formal, mas permanece dissociada da cidade informal, reproduzindo fragmentação e desigualdade (Watson, 2009).

4.2. A “NOVA ARQUITETURA”

A “nova arquitetura” emergiu como expressão da retoma económica e institucional do Estado, caracterizada por grandes edifícios, torres, condomínios fechados e novas centralidades urbanas, reforçando visibilidade política e económica. Contudo, esta produção formal é selectiva, orientada para segmentos específicos e fortemente dependente do mercado imobiliário, reproduzindo padrões históricos de exclusão social e territorial herdados do período colonial e do pós-independência (Afonso, 2022).

Os empreendimentos funcionam como enclaves auto-suficientes, muitas vezes dissociados do tecido urbano informal, reforçando a fragmentação espacial e social e limitando a integração funcional da cidade informal. A arquitetura formal contemporânea, embora sofisticada, não responde à escala da demanda habitacional nem garante cidadania urbana plena.



Figura 2 – Edifício Jugoslavos Rua Presidente Marien N’Gouabi à Esquerda.

Fonte – Arq. Feuder Caetano - IPGUL 2016.

Figura 3 – Luanda, a cidade dual à direita.

4.3. MOBILIDADE URBANA E EXCLUSÃO

A mobilidade evidencia a persistência das desigualdades urbanas. Infra-estruturas modernas favorecem a cidade formal, enquanto a maioria da população permanece dependente de transportes informais e percursos precários. A mobilidade deixa de ser um direito universal, funcionando como filtro de acesso à cidade e consolidando cidadania urbana diferenciada. A dissociação entre planeamento formal, nova arquitetura e práticas informais perpetua a fragmentação, mantendo a informalidade como principal modo de ocupação e produção da cidade (Jenkins & Robson, 2018; Afonso, 2002).



Figura 4 – Vida Pacífica, Zango 1 – 2015.

5. DISCUSSÃO: INFORMALIDADE, MODERNISMO E CIDADANIA URBANA

A trajetória urbana de Luanda revela uma contínua tensão entre planeamento formal, práticas informais e projectos de modernidade. A informalidade não é falha, mas sistema estruturante, funcional e adaptativo, consolidado desde o período colonial, pelo colapso do planeamento pós-independência e na cidade contemporânea. Musseques e autoconstrução responderam eficazmente às necessidades habitacionais, de mobilidade e de proximidade funcional, evidenciando uma racionalidade alternativa à exclusão imposta pelos instrumentos formais.

O modernismo arquitectónico, embora tecnicamente inovador, permaneceu historicamente limitado: segregador no período colonial, interrompido pós-independência e selectivo na contemporaneidade, como na “nova arquitectura”, voltada para mercados específicos e dissociada da maioria da população. Assim, permanece incompleto, incapaz de produzir cidade inclusiva.

A habitabilidade demonstra que formalidade jurídica e estética não garantem qualidade urbana. Muitos territórios informais apresentam funcionalidade superior a empreendimentos formais mal integrados. O planeamento deve centrar-se na vida quotidiana, acessibilidade e integração territorial.

A cidadania urbana extrapola a legalidade fundiária. Acesso à cidade, serviços e mobilidade depende de práticas informais e estratégias de sobrevivência, evidenciando formas activas de cidadania nos territórios informais. É necessário reconhecer e integrar esses habitantes nos instrumentos de planeamento e políticas públicas.

Em síntese, Luanda confirma-se como cidade-síntese das contradições urbanas angolanas: informalidade dominante, modernismo incompleto, habitabilidade desigual e cidadania exercida para além da formalidade legal. Esta leitura reforça a urgência de repensar planeamento, arquitectura e políticas urbanas a partir da cidade real, e não apenas da cidade idealizada nos planos.



Figura 5 – Bairro Sequele - 2024

6. CONCLUSÕES

Este artigo analisou a transição - incompleta e contraditória – da cidade formal em a análise histórica e crítica da produção urbana em Luanda evidencia que a cidade formal angolana se desenvolveu em continuidade com práticas e estruturas herdadas do período colonial, mais do que por rupturas efetivas. A informalidade urbana emergiu como mecanismo central e funcional de produção da cidade, adaptando-se às limitações do planeamento formal e consolidando os musseques e territórios de autoconstrução como componentes estruturantes da cidade real.

O modernismo arquitectónico, embora introduzisse inovação técnica e conceitual, permaneceu limitado por exclusões sociais no período colonial e por descontinuidades institucionais no pós-independência. A “nova arquitetura” contemporânea reforçou a visibilidade da cidade formal, mas manteve carácter selectivo e incapaz de promover integração urbana abrangente.

Habitabilidade e mobilidade mostram-se critérios essenciais para avaliar a eficácia da cidade formal, evidenciando que a formalidade jurídica não garante inclusão urbana plena. A cidadania urbana é exercida para além da legalidade fundiária, mediada por práticas informais, redes sociais e estratégias de sobrevivência quotidiana.

Síntese prática:

- A cidade informal precede e condiciona a cidade formal.
- Políticas urbanas falharam na integração estrutural da informalidade.
- A arquitetura moderna cumpriu papel simbólico, mas limitado socialmente.
- A construção da cidade formal exige:
 - Reconhecimento da informalidade.
 - Centralidade da habitação.
 - Mobilidade inclusiva.
 - Urbanismo orientado à cidadania.

7. CONTRIBUTOS DO ARTIGO

O presente estudo oferece contributos relevantes para a compreensão da urbanização em Angola e, de forma mais ampla, das cidades africanas em contextos de urbanização acelerada. Os principais contributos podem ser sintetizados em cinco eixos:

7.1. REINTERPRETAÇÃO DA INFORMALIDADE URBANA

O artigo demonstra que a informalidade não é uma disfunção ou ausência de planeamento, mas um sistema estruturado de produção da cidade. Esta leitura desloca o debate da tradicional dicotomia formal/informal para uma compreensão integrada da cidade real, oferecendo bases para políticas de planeamento mais inclusivas e contextualizadas à realidade urbana angolana.

7.2. LEITURA CRÍTICA DO MODERNISMO E DA “NOVA ARQUITETURA”

A análise histórica evidencia que o modernismo arquitectónico e urbano, tanto no período colonial como nas tentativas contemporâneas de “nova arquitetura”, manteve potencial transformador limitado pela exclusão social e institucional. Este contributo permite reposicionar o modernismo como campo de reflexão crítica, não apenas como expressão formal de modernidade, reforçando a necessidade de vincular arquitetura e inclusão social.

7.3. HABITABILIDADE E MOBILIDADE COMO CRITÉRIOS CENTRAIS

O estudo reforça que a formalidade jurídica não garante qualidade urbana nem inclusão social. A habitabilidade e a mobilidade constituem critérios fundamentais para avaliar a eficácia da cidade formal, orientando políticas públicas para as necessidades reais da população urbana e não apenas para conformidade normativa ou estética.

7.4. REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA URBANA

Ao reconhecer práticas informais como formas legítimas de exercício do direito à cidade, o artigo propõe uma compreensão da cidadania urbana para além da legalidade fundiária. Esta abordagem oferece subsídios para políticas de regularização, integração territorial e reconhecimento institucional da população residente em territórios informais.

7.5. CONTRIBUTO METODOLÓGICO

O estudo articula análise histórica, leitura crítica do urbanismo e interpretação da arquitetura como prática social e política. Esta abordagem integrada constitui uma ferramenta analítica replicável noutros contextos africanos, permitindo compreender cidades marcadas por urbanização tardia, rápida e desigual.

Nota de agradecimento: agradecemos a todos os que contribuíram na elaboração do artigo, em particular a Doutora Inês Lima Rodrigues pelo apoio que permitiu a nossa integração no conjunto de oradores que ajudaram e enriqueceram com material específico da realidade dos seus territórios.

BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA

- Afonso, L. (2022). Uma leitura da urbanização recente da cidade de Luanda a partir da teoria dos seis circuitos da economia urbana. *Percursos - Revista de Geografia*, 23 (2), 45-63.
- Amado, M. (2019). *Planeamento urbano sustentável em contextos africanos*. Lisboa: IST Press.
- Buire, C. (2014). The dream and the ordinary: An ethnographic investigation of suburbanization in Luanda. *African studies*, 73(2), 290-312. <https://doi.org/10.1080/00020184.2014.925225>
- Braz, O., & Raposo, I. (2021). *Urbanização de Luanda: expansão dos musseques...* Universidade Autónoma de Lisboa.
- Cain, A. (2017). *African urban fantasies: Paste lessons and emerging realities*. Nordic Africa Institute.
- Cain, A. (2019). Informal settlements and the right to the city in Luanda. In S. Oldfield & S. Parnell (eds.), *Routledge handbook on cities of the Global South* (pp. 335-348). London: Routledge.
- Castro, A. (2015). Urbanização e expansão do tecido urbano de Luanda (2000-2013). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*.
- Croese, S. (2012). On million houses? Chinese engagement in Angola's national reconstruction. *Journal of modern African Studies*, 50(3). 443-467. <https://doi.org/10.1017/S0022278X12000271>
- Croese, S., & Pitcher, M. A. (2019). Ordering power? The politics of state-led housing delivery under authoritarianism. *World development*, 115, 139-149. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.11.010>
- Davis, M. (2006). *Planet of slums*. London: Verso.
- Figueiredo Neto, P. (2019). Rumo à cidade: deslocamento forçado e urbanização em Angola. *Transversos – Revista de história*, 16, 78-98. DOI:10.12957/transversos.2019.42047.
- Figueira, I. (2020). *Novas centralidades na área metropolitana de Luanda – Problemática do crescimento urbano acelerado. (Cap.1)*. ANGONET.
- Gastrow, C. (2017). *Housing middle-classness: formality and aspiration in Luanda*. PhD Thesis, University of California. Berkeley.
- Gilbert, A. (2007). The return of the slum: Does language matter? *International Journal of Urban and Regional Research*, 31(4), 697-713. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2007.00754.x>

- Harrison, P., Todes, A., & Watson, V. (2018). *Planning and transformation: learning from the Global South*. London: Routledge.
- Jenkins, P., & Robson, P. (2018). *Informality, land and housing in African cities: Concepts, policies and practice*. London: Zed Books.
- Lefebvre, H. (1968/2012). *Le droit à la ville (o direito a cidade)*. Paris: Antropos.
- Malaquias, A. (2018). *Angola: urbanização, Estado e território*. Luanda: Mayamba Editora.
- Mbembe, A., & Nuttall, S. (2004). Writing the world from na African metropolis. *Public Culture*, 16(3), 347-372. <https://doi.org/10.1215/08992363-16-3-347>
- Mendes, J.M. (2016). Urbanização africana e informalidade: desafios para o planeamento. *Cadernos Metr pole*, 18(36), 489-508. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3606>
- ONU-Habitat. (2014). *The state of African cities 2014: Re-imagining sustainable urban transitions*. Nairobi: UN-Habitat.
- ONU-Habitat. (2020). *World cities report 2020. The value of sustainable urbanization*. Nairobi: UN-Habitat.
- Parnell, S., & Pieterse, E. (2014). Africa's urban revolution in context. In S.Parnell & E. Pieterse (Eds.), *Africa's urban revolution* (pp. 1-17). London: Zed Books.
- Pitcher, M. A., Croese, S., & Santos, A. (2016). Rebuilding from scratch? State-led housing and urban development in Angola. *Journal of Southern African Studies*, 42(2), 299-318. <https://doi.org/10.1080/03057070.2016.1143438>
- Rodrigues, C. U. (2015). Urbanização e planeamento em Luanda: entre a norma e a prática. *Revista Angolana de Sociologia*, 15, 57-74.
- Roy, A. (2005). Urban informality: Toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*, 71(2), 147-158. <https://doi.org/10.1080/01944360508976689>
- Roy, A. (2011). Slum cities: Rethinking subaltern urbanism. *International Journal of urban and regional Research*, 35(2), 223-238. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2010.00951.x>
- Watson, V. (2009). Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the globe's central urban issues. *Urban Studies*, 46(11), 2259-2276. <https://doi.org/10.1177/0042098009342598>
- Watson, V. (2014). African urban fantasies: Dreams or nightmares? *Environment and Urbanization*, 26(1), 215-231. <https://doi.org/10.1177/00956247813513705>
- Serrazina, B. (2024). Urban Policies, Architectural Dissonances, and Not So "modern" Buildings in Late Colonial Luanda. *E-Journal of Portuguese History*.
- Vale, L. (2008). *Architecture, Power and National Identity*. Routledge.